

O MERCADO DE TRABALHO NOS TEMPOS DO COLLOR: UM AUMENTO DOS "DESCAMISADOS"

*Alejandro Kuajara Arandia**

1 - Apresentação

O modo como a expansão capitalista se processou no Brasil — com aprofundamento de desigualdades regionais, exclusão e concentração de renda — imprimiu características específicas ao mercado de trabalho e provocou transformações importantes na configuração da força de trabalho. De um lado, essas transformações caminharam no sentido da urbanização e do assalariamento; de outro, ensejaram a permanência, em grau relativamente elevado, de formas precárias de inserção dos trabalhadores no mercado de trabalho, as quais se explicitam, basicamente, via situações de subemprego e de ocupações ligadas ao setor informal da economia.

A conjugação desses fatores é que vai imprimir uma dupla face ao processo de constituição do mercado de trabalho, tanto nacional quanto regional. Ou seja, por um lado, um crescimento urbano-industrial dinâmico e moderno; por outro, e em decorrência da própria forma como se processou aquele crescimento, a exclusão de parcela importante da população dos mercados de trabalho e de consumo típicos do capitalismo. Isso significa dizer que, no Brasil, existem dois mercados convivendo no mesmo espaço capitalista: um industrial e dinâmico; o outro, inserido neste de forma subordinada, atuando em espaços de mercado perfeitamente delimitados, que são criados, destruídos e recriados pela expansão do sistema capitalista hegemônico (Souza, 1981, p.80). Como resultado dessa complexidade, as análises sobre emprego, baseadas unicamente em seus aspectos conjunturais, não permitem captar-se a real dimensão do problema.

De fato, paralelamente aos fenômenos estruturais mencionados, verifica-se que o mercado de trabalho enfrenta também os problemas decorrentes dos ajustes da crise dos anos 80, sendo que, naquela década, diferentes governos tentaram — com planos ortodoxos e heterodoxos — estabilizar a economia e buscar novas estratégias de crescimento. Os resultados desses planos têm sido, até o presente momento, um verdadeiro fracasso, e, como todos eles vieram acompanhados de políticas recessivas — exceção feita ao Plano Cruzado —, seus desdobramentos

* Economista da FEE e Professor da UNISINOS.

O autor agradece à leitura atenta e às sugestões importantes feitas à versão original pelos colegas Carlos Henrique Horn (DIEESE) e Miriam de Toni (FEE). Igualmente agradece a Alberto Ruis Medeiros (auxiliar) pela elaboração dos gráficos.

sobre a população ativa foram sempre os mesmos: aumento do desemprego, expansão das relações informais de trabalho, arrocho salarial, etc.

Esse cenário, que caracterizou os anos 80, vê-se transportado para a década de 90, uma vez que, após quase dois anos do Governo Collor, tudo indica que as experiências de política econômica caminham para o insucesso: os preços continuam se elevando, exacerbando as expectativas inflacionárias, aumentando a instabilidade e dificultando a tomada de decisão por parte dos agentes econômicos. Na esteira dessa desorganização, diminuem os investimentos produtivos, a produção se desacelera, aprofundando ainda mais o já deteriorado padrão de vida de grande parte da população.

Os indicadores sociais, nesse sentido, são retumbantes. Um bom exemplo desse agravamento do quadro social no País são os indicadores de situação de vida da população de São Paulo: dos 11,3 milhões de paulistanos, 61,4% (7 milhões) vivem em habitações precárias. O número de favelados aumentou 82,9% nos últimos quatro anos — em 1987 eram 820 mil, sendo que, no início dos anos 90, empilhados em 1.600 favelas, perfaziam 1,5 milhão. Dentro desse quadro, o cenário para o ano 2000 aparece como um fantasma; dados da ONU indicam que a Grande São Paulo terá 23 milhões de pessoas já na virada do século, tornando-se a segunda maior concentração humana do Planeta, atrás somente da Cidade do México, que alcançaria 25,5 milhões no ano 2000. A par disso, tem-se que a indústria paulista, responsável por mais de 50% do PIB industrial do País, apresentava, no mês de outubro de 1991, um nível de ocupação 11% inferior ao observado em outubro de 1989, sendo que, para o mesmo mês, a taxa de desemprego total da Região Metropolitana de São Paulo foi de 10,7% da PEA, o que equivale a 946.000 pessoas desempregadas na Região. E mais ainda, os níveis médios reais de rendimentos e de salários na Região encontravam-se, no mês de outubro de 1991, entre os mais baixos já registrados pela Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) da Fundação SEADE e do DIEESE, correspondendo a 64,8% e 60,7%, respectivamente, daqueles captados, em média, em 1985.

Dessa forma, urge a necessidade da retomada do crescimento econômico com distribuição de renda, pois o crescimento econômico, por si só, não garante a diminuição dos contrastes sociais. Tanto é que, mesmo tendo sido a economia que mais cresceu no período do pós-guerra até o final dos anos 70, excluindo-se o desempenho japonês —, os indicadores sociais do Brasil pioraram, o que se evidencia, por exemplo, pelo crescimento do coeficiente de Gini nesse período.

Além disso, verifica-se que esse longo período de crescimento com desigualdades sociais conformou, no Brasil, uma estrutura de oferta e demanda muito especial: a concentração é internalizada na própria estrutura de oferta e demanda do sistema econômico, de modo que reverter esse processo é tarefa não só difícil como implica transformações que requerem um período de tempo relativamente longo para se efetivarem.¹ De outra parte, a reversão desse quadro é impossível sem políticas econômicas e sociais bem determinadas e sem um ambiente político-institucional adequado — no período do Governo militar, por exemplo, o crescimento foi particularmente concentrador de renda e anti-social.

¹ O "longo tempo" depende dos objetivos e metas (físicas) e sobretudo da reação dos atores sociais. Pressupondo sempre que a decisão por uma nova estrutura dar-se-á na esfera da política e numa economia capitalista.

Assim, uma verdadeira alternativa de reversão das desigualdades deve passar necessariamente pela rejeição das propostas subconsumistas², assim como das que advogam que basta ter o crescimento econômico em si³ para que haja distribuição de renda. Deve vir, sim, acompanhada de um cenário de confiança, onde a instabilidade não inviabilize a formação de expectativas para os retornos futuros dos investimentos produtivos, seja por parte do capital nacional, seja do internacional.

Contudo, enquanto as diferentes políticas de estabilização, em especial as que vigoraram nos últimos tempos, persistirem no mesmo erro, isto é, estabelecerem o primado das políticas de estabilização sobre às políticas de desenvolvimento, o resultado sempre será o mesmo: redução da participação dos assalariados na PEA, aumento relativo dos autônomos, dos trabalhadores por conta própria e, sobretudo, expansão dos desempregados, que representam um desperdício das potencialidades produtivas da mão-de-obra do País.

Com os Planos Collor I e II, essa situação do mercado de trabalho viu-se agravada, principalmente pela sua política deliberadamente recessiva, que exacerba a crescente deterioração dos níveis de pobreza da população ativa brasileira, já observada na década de 80.

É com base nessas considerações que serão examinados os efeitos das políticas de estabilização do Governo Collor sobre a população ativa.

2 - A escalada do desemprego

A partir do mês de maio de 1990, o Plano Collor I, implantado em março do mesmo ano, caracterizou-se pela adoção de um ajuste de cunho ortodoxo, isto é, pelo abandono da promessa de pré-fixação dos salários, por uma política monetária mais rígida e pelo atraso do câmbio e dos preços públicos. Essas medidas conseguiram, à época, evitar a explosão inflacionária, não tendo sido exitosas, todavia, no controle da inflação, dado seu caráter fortemente indexado. De lá para cá, tanto o Plano Collor I quanto o II não conseguiram produzir um acordo social que reduzisse ou estabelecesse parâmetros para o conflito distributivo, muito menos completar o ajuste fiscal. Hoje já existem fortes indícios de uma desorganização da economia, por conta da pressão inflacionária decorrente da liberação dos preços.

Nesse cenário, fica caracterizado o fenômeno de aceleração das taxas de inflação e de declínio do nível de atividades. Tanto é assim que, através de levantamentos oficiais e empresariais divulgados pelos distintos meios de comunicação, se observa que o desemprego tem se mostrado crescente em todo o País. Desse modo, pode-se dizer que o Governo Collor, principalmente através do Plano Collor II, está provocando

² Segundo proposta dessa natureza, a dinâmica capitalista prende-se à existência de demanda de consumo, ou os empresários irão produzir cada vez mais se houver mercados para escoar a produção. Essa proposta ignora piamente que a dinâmica capitalista repousa no investimento e não no consumo dos trabalhadores.

³ Essa concepção difundiu-se, no Brasil, em meio à ideologia desenvolvimentista-autoritária do período militar: deve-se primeiro fazer crescer o "bolo" para depois distribuí-lo. Hoje, tal proposta parece ultrapassada, porém é ainda a grande teoria dos economistas conservadores.

alterações na composição do mercado de trabalho. O setor formal está se retraindo cada vez mais, especialmente por causa do decréscimo dos empregos na indústria, decorrente da recessão prolongada. Enquanto isso, o mercado de trabalho ajusta-se como pode: cresce o número de trabalhadores que, para sobreviver, se voltam para atividades ligadas ao setor informal ou se submetem a relações de trabalho não legalizadas, como é o caso dos trabalhadores autônomos, em especial aqueles que trabalham diretamente com o público (camelô, biscateiro, etc.).

Essa alteração na composição do mercado de trabalho pode ser atestada com informações da PED para a Grande São Paulo no ano de 1991. Os dados desse levantamento apontam que não se verificou, como é usual em anos anteriores, o aquecimento das atividades econômicas a partir do final do primeiro semestre. Em setembro, por exemplo, o nível de emprego industrial na Região Metropolitana de São Paulo ainda se encontrava num patamar muito baixo; 4,8% menor que o verificado em setembro de 1990, ano em que teve péssimo desempenho.

De outra parte, a mesma pesquisa revela que o nível de ocupação vem sendo crescentemente sustentado pelo setor serviços, ainda que essa expansão se restrinja a apenas alguns de seus segmentos. Esse setor vem ampliando, com maior intensidade, o trabalho de autônomos e a contratação de assalariados sem carteira de trabalho assinada. Essa forma de crescimento da ocupação, associada à expansão do emprego doméstico, revela a precariedade dos postos de trabalho que vêm sendo gerados.

Dentro desse quadro, parece não existirem dúvidas de que a geração de empregos, durante o ano de 1991, estaria ocorrendo, principalmente, via expansão daquelas formas de inserção da população ativa no mercado de trabalho que implicam graus variados de subutilização de mão-de-obra e/ou aprofundamento das condições de exploração dos trabalhadores. Essa situação, verdadeiramente alarmante, conjugada à queda dos rendimentos reais, torna o prolongamento da recessão, no Governo Collor, extremamente dramático.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), do IBGE, por seu turno, revela que o rendimento médio real dos brasileiros caiu 18,36% no primeiro ano do Governo Collor (1990) e atingiu o menor valor real desde 1986. As faixas de renda mais altas foram as mais afetadas pela recessão econômica, o que levou a uma queda na concentração de renda no País. Segundo essa pesquisa do IBGE, os mais ricos (1% da população) tiveram sua fatia na renda reduzida de 17,3% em 1989 para 14,6% no ano passado, o que ainda é maior do que os 13% que detinham em 1981, enquanto os 10% mais pobres aumentaram sua fatia na renda de 0,6% em 1989 para 0,8% em 1990. Em 1981, detinham 0,9%. O poder de compra do salário mínimo caiu 35,7% em 1990 em relação a 1989 e 38,3% em relação a 1981. Ainda segundo o IBGE, 24,2% dos trabalhadores ganham até um salário mínimo por mês, e só 3% tiveram rendimentos mensais superiores a 20 salários mínimos. A remuneração do trabalho da mulher é de 50,6% da recebida pelo homem, e pouco mais da metade (58,8%) dos empregados no País têm carteira de trabalho assinada.

Os dados do IBGE mostram, por um lado, que houve uma certa desconcentração de renda no País, de alguma maneira esperada devido ao "sequestro financeiro" no início do Governo Collor. Os mais ricos, por força das medidas então tomadas, tiveram suas receitas financeiras afetadas, diminuindo assim seus rendimentos; por outro lado, os mesmos números revelam que o País continua a deter um dos piores índices de concentração da renda e que aproximadamente 40% da força de trabalho está no mercado informal, ou seja, os trabalhadores que possuem vínculo empregatício

legalizado e acesso à Previdência Social não passam dos 60% da PEA. O restante é composto por trabalhadores autônomos e assalariados sem qualquer registro legal, os quais, tecnicamente, não podem aspirar ao seguro-desemprego nem a outras formas institucionalizadas de benefício social.

Todavia a apreensão dessas especificidades, que tipificam o mercado de trabalho brasileiro, tem sido bastante insatisfatória a nível dos levantamentos oficiais sobre mão-obra, sendo que, no caso específico do desemprego, isso resulta em uma expressiva subestimação das taxas de desemprego⁴, conceito que abarca as pessoas que, não estando trabalhando, pressionam o mercado através da procura efetiva de trabalho.

Esse fato torna-se verdadeiramente preocupante dado que afeta o principal indicador oficial de desemprego no País, levantado pela PME. Essa pesquisa, ao restringir-se ao levantamento do desemprego aberto⁵, não se revela capaz de apreender outras formas peculiares de inserção de parte da PEA no mercado, que nada mais são do que estratégias de sobrevivência de uma população que, na ausência de um seguro-desemprego realmente eficiente⁶ — a média do seguro-desemprego, de 1990 até outubro de 1991, foi de 1,2 salário mínimo, sendo que o período de benefício foi de, no máximo, quatro meses —, é forçada a buscar alguma maneira de obtenção de renda, geralmente no setor informal.

A PME revela-se, por sua vez, mais adequada para apreender as especificidades do mercado de trabalho brasileiro. Sua metodologia foi orientada pela necessidade de desenvolver um instrumento de pesquisa que captasse a heterogeneidade inerente à conformação de nossos mercados de trabalho urbanos.

Considerando-se a Região Metropolitana de São Paulo, verifica-se, no Gráfico 1, que os números, nesse sentido, não deixam dúvidas. Enquanto, pela PED⁷, o ano de 1991 inicia com uma taxa de desemprego mensal elevada, de 9,90%, a PME⁸ apresenta uma taxa de 5,91%, significativamente inferior — embora também elevada face ao comportamento em períodos anteriores. A partir do mês de julho, no entanto, ocorre uma ligeira queda nas taxas de desemprego, em ambas as pesquisas, devido, sobretudo, ao efeito sazonal comum nesse período.

⁴ Para uma análise mais detalhada sobre a subestimação dos índices de desemprego pelos levantamentos oficiais, consultar DE TONI, (1991, p. 121-130).

⁵ Isso ocorre porque a concepção teórica da PME do IBGE está mais ajustada à realidade dos países do Primeiro Mundo, nos quais o problema central de ocupação é a flutuação do nível de emprego—desemprego aberto, associada às fases do ciclo econômico.

⁶ A metodologia da PME, ao não captar a diversidade de formas de inserção dos trabalhadores desempregados no sistema produtivo, acaba subestimando a taxa de desemprego. Isto porque considera como ocupados aqueles trabalhadores desempregados que realizam bicos ou qualquer outro tipo de trabalho precário. Caso esse contingente de subempregados pudesse aspirar ao seguro-desemprego, este teria que se munir de uma estrutura capaz de sustentar, pelo menos, 30% da força de trabalho urbana.

⁷ Os números da PED são mais acurados e consistentes em consequência da utilização de uma metodologia mais precisa de emprego. O desenvolvimento dessa metodologia resultou na construção de três categorias de desemprego: o aberto; o oculto por trabalho precário; e o oculto por desalento.

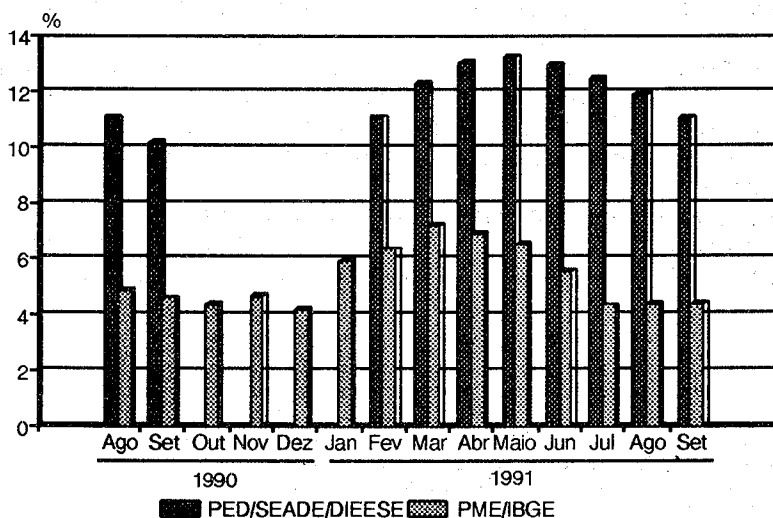
⁸ A PME produz um conjunto restrito de indicadores sobre os mercados de trabalho urbanos das seis mais importantes regiões metropolitanas do País (RJ, PA, RE, SA, SP e BH). Além disso, a utilização de um reduzido período de referência — uma semana — tem como consequência a expulsão da PEA de uma razoável parcela de trabalhadores, visto que as pessoas que não tomaram quaisquer providências no sentido de procurar emprego, na semana de referência da pesquisa, são consideradas inativas.

Mesmo com a queda que se observa nas taxas de desemprego, principalmente no mês de julho, a discrepância entre os números das duas pesquisas são preocupantes, especialmente porque revelam a gravidade do problema social que uma delas tenta mostrar, e a outra mascarar. Esse fenômeno torna-se mais evidente quando se comparam os números absolutos que esses indicadores representam. No mês de setembro, por exemplo, enquanto os desempregados na Grande São Paulo totalizavam 964.000 pessoas, a PME apresentava, para o total das seis regiões metropolitanas pesquisadas — incluída a Grande São Paulo —, 794.430 indivíduos nessa condição.

É preciso ainda salientar que a ligeira recuperação que se observa no mercado de trabalho, com contínuas quedas nas taxas de desemprego, não é absolutamente alvissareira. Isto porque ainda existe um baixo nível de emprego e de atividade; portanto, uma capacidade ociosa elevada. O Brasil chegou fundo na escalada do desemprego no início de 1991, e é a partir desse nível de elevado desemprego que terá que começar a se recuperar.

GRÁFICO 1

TAXAS DE DESEMPREGO NA GRANDE SÃO PAULO — AGO/90-SET/91



FONTE: PESQUISA DE EMPREGO E DESEMPREGO (1990/1991). São Paulo, SEADE, ago.90/set.91.

PESQUISA MENSAL DE EMPREGO (1990/1991). Rio de Janeiro, IBGE, ago.90/set.91.

3 - O ajuste do mercado de trabalho no Rio Grande do Sul

O prolongamento da recessão, associado à queda no nível de emprego e à elevada capacidade ociosa que se verifica na indústria gaúcha⁹, conduz à hipótese de que a geração de empregos, nos últimos períodos, tem ocorrido principalmente via expansão dos trabalhadores por conta própria, dos sem carteira assinada e do aumento da participação feminina no mercado de trabalho, decorrente, esta última, da busca de alternativas que pudessem recompor a queda do rendimento familiar.

Essa situação pode ser atestada com auxílio das informações da PME para a Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA).¹⁰ De acordo com essa pesquisa, o desemprego atingiu, preponderantemente, aquelas pessoas que já estavam empregadas e os trabalhadores na condição de chefes de domicílios. Como resultado, o desemprego acarreta perda efetiva de renda e, ao mesmo tempo, afeta indivíduos estratégicos para a sustentação do grupo familiar. Tomando-se o mês de setembro como referência — último dado disponível —, observa-se que a taxa de desemprego dos chefes de domicílios na RMPA atingiu o percentual de 32,57%, apresentando um crescimento de 8% em relação ao mesmo mês do ano anterior.

Deve-se ressaltar, no entanto, que, nos períodos de recessão econômica, tal como a que agora se está vivendo no Brasil, teria que haver um real aumento do desemprego aberto, especialmente nos grandes centros urbanos, com taxas muito mais elevadas, o que, na realidade, não vem acontecendo. Esse fenômeno traz no seu bojo um efeito perverso, pois o nível de emprego conseguiu manter-se às custas da deterioração das condições de trabalho associada à informalização das relações entre capital e trabalho. Novamente os dados da PME são muito claros nesse sentido. A taxa de desemprego aberto da RMPA, medida pelo IBGE, registrou, de janeiro a setembro, um comportamento médio oscilando entre 4% e 5% da PEA. Embora mais altas do que as taxas verificadas durante o ano passado, são certamente muito baixas, porém coerentes com uma realidade onde o seguro-desemprego beneficia parcela pouco significativa da população ativa.

No que se refere à expansão dos trabalhadores por conta própria e dos sem carteira assinada, embora não se possua um conhecimento mais aprofundado das diferentes formas de inserção desses trabalhadores no mercado, devido, sobretudo, à

⁹ O comportamento do Índice de Desempenho Industrial (IDI) da FIERGS/IDERGS, para o mês de julho de 1991, está a indicar que a forte elevação das taxas de juros a partir de junho já causou um impacto adverso à atividade econômica de modo geral, provocando, em particular, uma significativa desaceleração na área industrial do Estado. Esse fato pode ser observado, ao serem comparados alguns resultados deste indicador com os mesmos meses do ano anterior: o indicador **pessoal ocupado** foi de -8,11% na comparação julho/91-julho/90; as vendas tiveram um desempenho de -0,84% em relação ao mesmo período considerado; e o consumo de energia elétrica situou-se em -8,90% em julho comparativamente a julho de 1990. Outro ponto a se destacar quanto ao desempenho industrial é a redução da utilização da capacidade instalada, que caiu de 67,90% em julho para 67,38% em agosto de 1991.

¹⁰ Deve-se ressaltar que, não obstante as restrições metodológicas referidas, no que concerne à PME, este é o único dado disponível para acompanhamento sistemático do comportamento do mercado de trabalho, num espaço regional, razão pela qual é utilizado no presente estudo.

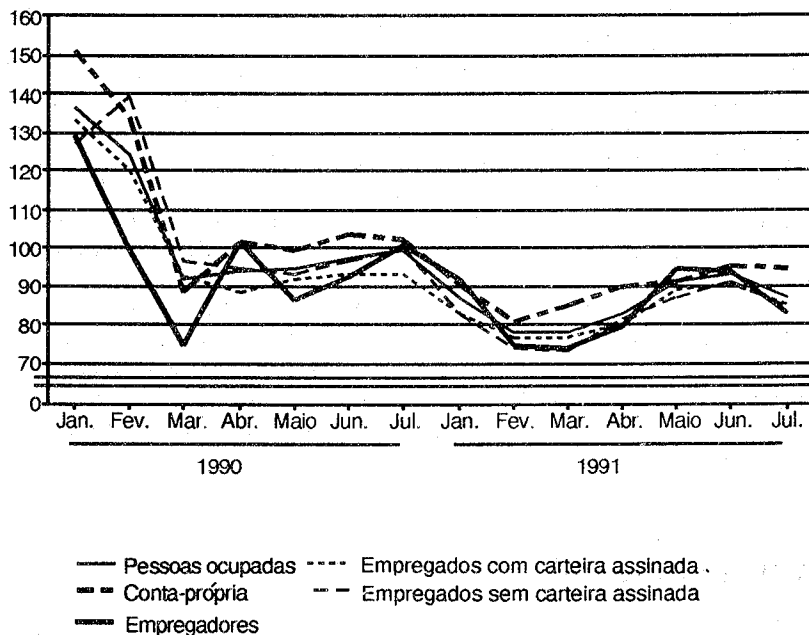
não-utilização por parte das estatísticas oficiais de uma metodologia adequada, os dados são reveladores da situação antes anunciada.

Observa-se pelos dados levantados pela PME para o ano de 1991 que o volume de trabalhadores com carteira assinada, na RMPA, se manteve praticamente estabilizado em torno de 55% da PEA. Os empregados sem carteira assinada e os por conta própria, por sua vez, aumentaram sua participação, passando os primeiros de 16,89%, em janeiro, para 18,55%, em setembro, enquanto os por conta própria passaram de 20,09% para 20,91%, comparando-se com os mesmos meses do ano de 1990.

Em relação aos rendimentos, verifica-se uma redução, em 1991, em todas as categorias da população ocupada, relativamente aos mesmos meses do ano de 1990 (Gráfico 2).

GRÁFICO 2

ÍNDICES DE RENDIMENTO MÉDIO REAL NA RMPA — JAN-JUL—1990/91



No que diz respeito à participação feminina no mercado de trabalho, desta vez a crise econômica inovou. Isto porque, de um lado, o encolhimento do mercado de trabalho iniciava, via de regra, pela expulsão da força de trabalho feminina e infantil, poupando, dentro do possível, a masculina. Agora o que se verifica é que a crise não perdeu nem mesmo o chefe de família, dado o elevado percentual de trabalhadores desempregados, nessa condição, na RMPA, conforme a PME. De outro lado, a tendência é de que a participação feminina no mercado aumente ao invés de diminuir. Hoje o salário da mulher não pode ser mais visto como simples complementação da renda familiar. Pelo contrário, sua participação é fundamental e muitas vezes decisiva. De outra parte, uma economia recessiva também traz, a reboque, a necessidade de aumentar o número de pessoas ocupadas no grupo familiar, ou seja, torna-se cada vez mais premente a participação de todos os integrantes para engordar a já desnutrida renda do grupo.

Já em relação à população ocupada na indústria gaúcha, o nível de emprego encontra-se em queda livre, com os indicadores do Instituto de Desenvolvimento Empresarial do Rio Grande do Sul (IDERGS) registrando taxas negativas. Em seu conjunto, o mês de setembro foi o segundo mês consecutivo a apresentar resultados declinantes do índice conjuntural de emprego da FIERGS/IDERGS. A taxa mensal de -1,22% em setembro foi a segunda pior de 1991, perdendo apenas para a de janeiro (-2,91%). A queda do emprego é mais significativa nas grandes indústrias, onde se verificou, em setembro deste ano, uma taxa negativa de 1,70%, e o índice de emprego foi de 80,94 (base dez./88 = 100).

Informações sobre a flutuação mensal de emprego no Rio Grande do Sul, do Ministério do Trabalho, Lei nº 4.923/65, também confirmam o aumento do desemprego. Observa-se que a relação entre os trabalhadores desligados e os admitidos é sempre alta ao longo dos meses pesquisados. De janeiro a junho, a flutuação do nível de emprego foi de -11.613 postos de trabalho na indústria de transformação; -4.654 na construção civil; e -11.130 no comércio. A tendência em ser atingido um número maior de demitidos do que de admitidos se verifica em todos os setores pesquisados, no período em questão.

Todos esses dados revelam a gravidade da situação do mercado de trabalho, aprofundada por níveis crescentes de empobrecimento da população. A persistência da crise econômica e da recessão recoloca, de maneira dramática, a possibilidade de que a perda de dinamismo econômico se consolide em uma estagnação prolongada, a qual não interessa para ninguém, muito menos para os segmentos mais pobres, ou seja, os "descamisados".

4 - Comentários finais

Para concluir, enfatizam-se algumas considerações. Os Planos Collor I e II diferenciam-se dos outros planos que aconteceram na década de 80, seja pelo seu caráter explicitamente recessivo, seja porque o ambiente econômico da época de sua adoção já apresentava indícios de um processo recessivo, que tinha começado a se evidenciar nos últimos meses de 1989.

Dessa maneira, os efeitos negativos criados por esses planos foram concretizados num processo de deterioração dos mercados de trabalho no País.

Além disso, verifica-se que, após 18 meses de governo, as medidas de política monetária implementadas não conseguiram controlar a inflação. Em consequência, existe uma desconfiança generalizada em relação aos planos, provocando um aumento da instabilidade e fazendo com que os agentes econômicos fiquem sem rumos. Na esteira dessa desorganização, diminuem os investimentos produtivos, e a produção desacelera-se, com reflexos negativos sobre a situação de vida da população, em especial dos grupos mais pobres, dos desempregados, enfim, dos chamados "desca-misados".

Nesse quadro social, urge a necessidade da retomada do crescimento econômico com distribuição de renda, pois a geração de empregos na economia brasileira depende muito mais do crescimento sustentado do produto a taxas relativamente altas do que de medidas de políticas sociais de cunho populista. Além disso, simplesmente o crescimento em si não resolve o problema. Este também deve ser complementado por outras políticas — de rendas, tributárias, fiscais, monetárias, fundiárias —, mas todas de cunho macroeconômicas e não apenas voltadas para alguns setores em particular. Finalmente, uma verdadeira alternativa de distribuição de renda deve vir acompanhada por um acordo social e por metas físicas de crescimento sustentado a taxas entre 5% a 7% ao ano, associadas a um conceito de política que não dissocie o social do econômico, que reconheça que a grande política social é a desconcentração de renda, ligada a uma política de oferta que garanta, pelo menos, o atendimento à maior demanda de bens-salário, que deverá resultar de uma desconcentração da renda.

Bibliografia

- AMADEU, J. Edward (1991). Uma recessão, dois mercados. In: DAVID, Mauricio Dias, org. **Economia e política da crise brasileira: a perspectiva social-democrata**. Rio de Janeiro, Rio Fundo Editora. p.125-6.
- ARANDIA, Alejandro Kuajara (1991). O mercado de trabalho frente à crise dos anos 80 e aos Planos de Estabilização. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, 18(4):148-64.
- DE TONI, Miriam (1991). Desemprego "oficial": uma realidade marcada pelos índices. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, 18(4):122-31.
- DEDECCA, Salvadori Claudio (1991). Uma avaliação do desemprego nos mercados de trabalho metropolitanos de São Paulo e de Porto Alegre em 1990. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, 18(4):132-47.
- SOUZA, P.R. (1981). Emprego e renda na pequena produção urbana no Brasil. **Estudos Econômicos**, São Paulo, USP/IPE, 11(1):57-82, jan./mar.